

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS

Em R\$/mil	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE		
IR e CSLL a compensar	47	8
IR e CSLL a compensado com o passivo	(42)	(6)
	5	2
PIS e COFINS a compensar	7	7
PIS e COFINS a compensado com o passivo	(7)	(7)
	-	-
Tributos a compensar Ativo Circulante	5	2
PASSIVO CIRCULANTE		
IR e CSLL a recolher	184	142
IR e CSLL a compensado com o ativo	(42)	(6)
	142	136
PIS e Cofins a recolher	59	56
PIS e Cofins a compensado com o ativo	(7)	(7)
	52	49
Outros tributos a recolher	29	31
	29	31
Tributos a recolher Passivo Circulante	223	216

NOTA 11 - DIVIDENDOS A PAGAR

Não houve destinação de dividendos a pagar em 2017, devido ao resultado negativo da Companhia no exercício.
O montante dos dividendos propostos em 2018 equivale a 25% do lucro líquido do exercício após destinação da reserva legal.

MUTAÇÕES DA CONTA DIVIDENDOS A PAGAR

Em R\$/mil	2018	2017
Saldo inicial em 01 de janeiro	-	4.806
(+) Adições a conta dividendos a pagar	3.283	-
(-) Baixa / Pagamento dos dividendos	-	(4.806)
Saldo final em 31 de dezembro	3.283	-

NOTA 12 - ENCARGOS SETORIAIS

Considera-se encargos setoriais as obrigações oriundas da concessão.

Em R\$/mil	31.12.2018	31.12.2017
FNDCT	17	17
MME	6	6
P&D	276	192
RGR	218	400
TFSE	71	71
DEMAIS ENCARGOS SETORIAIS	-	1
	588	687

NOTA 13 - FORNECEDORES PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Através de Termo de Transação e Quitação ao Contrato 002/2012, datado de 08.08.2018, foi celebrado acordo entre a MARUMBI e a TSEA ENERGIA (TOSHIBA), tendo sido quitado o passivo.

NOTA 14 - IMPOSTOS DIFERIDOS

As receitas societárias são calculadas com base no fluxo de caixa do ativo financeiro e são subdivididas em receita com juros, receita com atualização monetária e receita com O&M. A receita regulatória é proveniente da receita anual permitida - RAP e mensurada mensalmente pelo ONS através do aviso de crédito - AVC. Essa receita dá origem a conta clientes e é o valor efetivamente faturado pela empresa.

Quando o lucro societário é superior ao lucro regulatório, é calculado o imposto de renda diferido e a contribuição social diferida sobre a parcela do lucro societário que excede o lucro regulatório, sendo lançado no resultado como despesa e tendo a contrapartida no passivo não circulante como IR e CSLL diferido.

Quando o lucro societário é inferior ao lucro regulatório é realizada a baixa/reversão do diferimento da tributação no Passivo.

IMPOSTOS DIFERIDOS	31.12.2018	31.12.2017
Em R\$/mil		
Imposto de renda	3.189,9	3.116
Contribuição social	1.721	1.682
	4.911	4.798

NOTA 15 - PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

PROVISÕES	Risco provável	Risco possível
Em R\$/mil	31.12.2018	31.12.2017
Provisões judiciais	6.183	2.514
	6.183	2.514

As provisões judiciais são relativas a prováveis indenizações oriundas de processos em andamento, de natureza cível, referentes às faixas de servidão das linhas de transmissão.

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 73.091, dividido em igual quantidade de ações ordinárias sem valor nominal.

Foi celebrado, em 30.08.2018, Contrato de Permuta de Ações Societárias, entre a COPEL Geração e Transmissão S.A. e a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., tendo como anuentes a Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., a Marumbi Transmissora de Energia S.A. e a Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.

Pelo acordo, transferiu-se as ações pertencentes a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. para a COPEL Geração e Transmissão S.A., ficando esta com 100% das ações da Marumbi Transmissora de Energia S.A.

16.2 Reservas de lucros

16.2.1 Reserva legal

A Reserva Legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 37 do Estatuto Social e o artigo 193 da Lei Societária (6.404/76).

16.2.2 Reserva de retenção de lucros

Todo o montante da Reserva de Lucros da Companhia, por exceção da reserva legal, está classificada na reserva de retenção de lucros.

16.3 Destinação do lucro do período

O quadro abaixo evidencia a destinação do lucro do exercício de 2018:

Em R\$/mil	2018	2017
(=) Lucro (prejuízo) do exercício	13.823	(11.921)
(-) Constituição da Reserva Legal	5%	691
(=) Lucro Líquido à disposição da AGO / Prejuízo	13.132	(11.921)
(-) Dividendos Propostos	25%	3.283
(=) Lucro Líquido à disposição da AGO / Prejuízo	9.849	(11.921)

Foi proposto à AGO a transferência do saldo do lucro líquido de 2018 para a reserva de retenção de lucros. As mutações fazem parte da DMPL.

No ano de 2017 não houve destinação de lucro em razão da Companhia ter encerrado o exercício com prejuízo contábil em função dos efeitos negativos da revisão tarifária, conforme descrito na NE 20. O prejuízo de 2017 foi absorvido pelas reservas de lucros acumulados em anos anteriores.

NOTA 17 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas da Companhia, por se tratar de concessionária de transmissão de energia, são auferidas pela remuneração do Ativo Financeiro.

Na fase pré-operacional a Companhia auferia receita de construção. Após a entrada em operação a Companhia passou a auferir receitas com juros, atualização monetária e O&M - Operação e manutenção.

Em R\$/mil	31.12.2018	31.12.2017
TRANSMISSÃO		
Receita de O&M	3.463	3.269
Receita com juros e atualiz. monetária	18.869	17.719
TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS	22.332	20.988
DEDUÇÕES		
(-) Encargos setoriais	(820)	(790)
(-) PIS e COFINS	(686)	(700)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(1.506)	(1.490)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20.826	19.498

NOTA 18 - SEGUROS

O imobilizado de transmissão, pertence ao Poder Concedente, sendo aplicado à Companhia a contabilização através do ativo financeiro. Porém, é responsabilidade da Companhia a operação e manutenção do sistema de transmissão sob sua concessão, portanto, para mitigar riscos e prejuízos, a Companhia contratou seguros, conforme abaixo:

Seguros de riscos nomeados: Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, furacão, ciclone, tornado, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres, fumaça, danos elétricos e danos materiais para o Empreendimento MARUMBI, conforme tabela de coberturas do seguro:

COBERTURAS	(R\$/MIL)
Incêndio	40.755
Danos Elétricos	2.500
Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros	2.500
Quebra de Máquinas	200
Roubo/Furto Mediante arrombamento	500
Despesas extraordinárias	500
Tumultos, Greves, lockout e Atos Dolosos	5.000
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de veículos e Queda de aeronaves	5.000

Contrato Marumbi 001/2017 / Apólice 1389/0000038/96 - Vigência de 08.03.2018 à 08.03.2019

NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

O quadro a seguir demonstra os saldos com partes relacionadas:

Em R\$/mil	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE		
CLIENTES		
COPEL Geração e Transmissão S.A.	28	30
COPEL Distribuição S.A.	50	60
UEG Araucária LTDA	2	2
Diversas SPE's Eólicas	2	1
	82	93
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores		
COPEL Geração e Transmissão S.A. - O&M	304	-
COPEL Distribuição S.A.	2	4
COPEL Telecomunicações S.A.	1	-
	307	4
Contrato Compartilhamento RH		
COPEL Holding S.A.	13	39
COPEL Geração e Transmissão S.A.	17	54
COPEL Renováveis	-	3
COPEL Distribuição S.A.	40	133
	70	229
Dividendos a pagar		
COPEL Geração e Transmissão S.A. - O&M	3.283	-
	3.283	-

NOTA 20 - EFEITOS NEGATIVOS DA REVISÃO TARIFÁRIA

As resoluções homologatórias 2.257 e 2.258/17 definiriam a redução da RAP da Marumbi em -10,04% para o ciclo 2017/2018. Em conformidade com as resoluções, o fluxo de caixa da modelagem econômica do ativo de contrato foi atualizado para a novo valor presente.

Dessa forma, em julho de 2017, foi contabilizada a redução de R\$ 24.203 como efeitos negativos da revisão tarifária, de forma a ajustar o valor presente do ativo de contrato.

Curitiba, 13 de março de 2019

DIRETORIA EXECUTIVA

Alfonso Schmitt Diretor Presidente	Valdenir José Bertaglia Diretor Administrativo-Financeiro
Luiz Fernando Capeloto Macohin Contador - CRC PR-060139-O-8 COPEL Geração e Transmissão	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Às Demonstrações Financeiras findadas em 31 de dezembro de 2018

Os membros do Conselho Fiscal da Marumbi Transmissora de Energia S.A., abaixo assinados, no âmbito de suas atribuições e responsabilidades legais, examinaram as Demonstrações Financeiras, compreendidas pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente e as Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, Maciel Auditores, emitido em 25 de março de 2019, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e baseando-se, ainda, tanto nas análises efetuadas e esclarecimentos prestados pela Administração, quanto no Relatório da empresa de auditoria, emitido sem ressalvas, entendem e opinam que as citadas Demonstrações Financeiras traduzem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Marumbi Transmissora de Energia S.A., estando em condições de serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 01 de abril de 2019.

Gerson José Gonçalves Presidente e Membro do Conselho Fiscal

Eomar Antonio Concato Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Conselheiros da
MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reemissão de relatório

Em 21 de janeiro de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre o balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram alteradas e estão sendo representadas para refletir mudanças de valores na provisão para contingências, depósitos judiciais e classificação de ativo de contrato, nas notas explicativas 6, 7, 11, 15, 16, 3 e 19. No que tange às notas explicativas 3.4.2, 3.5, 3.12, 3.13 e 3.14 foram alteradas e/ou incluídas para refletir a melhor evidência das práticas contábeis. Consequentemente, estamos reemitindo nessa data nosso relatório, que não contém ressalva ou qualquer outro tipo de modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os Administradores da Companhia a respeito da auditoria e das constatações efetuadas, dentre outros aspectos do alcance planejado, inclusive acerca de eventuais inadequações que possam existir nos controles internos.

Curitiba, 25 de março de 2019

MACIEL AUDITORES S/S
CRC 2RS - 5.460/O-0
DENNIS PAVIA VILLALVA
CRC 1SP246.768/O-6
Responsável Técnico

